

Expansão do Estado na Bolívia e Resistências: Entre Hegemonias e Autonomias

Resistance and State Expansion in Bolivia: Between Hegemonies and Autonomies

Rafaela Nunes Pannain¹

Resumo

No momento em que Evo Morales tenta concorrer ao seu quarto mandato presidencial, busca-se lançar luz sobre o progressivo afastamento entre seu governo e parte dos setores subalternos que contribuíram para a sua ascensão e consolidação. Apenas é possível entender a eleição de Morales em 2005 e o crescimento do *Movimiento al Socialismo* (MAS) tendo em mente o ciclo de protestos populares contestadores do modelo político-econômico adotado pelos governos bolivianos a partir de 1985, caracterizado pelo pacto entre elites políticas e a adoção de políticas neoliberais. No primeiro mandato de Morales houve uma reorientação da economia nacional e a construção de um novo modelo de Estado. Progressivamente apareceram as contradições ligadas a dois objetivos desse projeto político: o reconhecimento da diversidade social e política existente na Bolívia e a expansão estatal. O debate acerca da consolidação de governos autônomos indígenas ilumina os embates no que tange à distribuição de

1 Pesquisadora de pós-doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap, São Paulo, SP, Brasil) e membro do grupo de trabalho Clacso "Pueblos indígenas y procesos autonómicos". Mestre em Ciência Política/Relações Internacionais pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (2008) e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2014) (PPGS-USP, São Paulo, SP, Brasil). Correio eletrônico: rafaelapannain@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4782-0896>. Este artigo foi escrito a partir da pesquisa que realizei para minha tese de doutorado, que contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo nº 10/17678-1, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e de novas pesquisas de campo realizadas na Bolívia desde a publicação da tese. Agradeço a Caio Vasconcellos e às(aos) pareceristas anônimas(os) pelos comentários e sugestões a este artigo.

poder político para setores subalternos – protagonistas do ciclo de protestos e das mudanças dele decorrentes –, e à adoção pelo governo central de um modelo econômico qualificado de neoextrativista.

Palavras-chave: Estado plurinacional da Bolívia. Evo Morales. Autonomias indígenas. Neoliberalismo. Neoextrativismo.

Abstract

As Evo Morales tries to run for his fourth presidential term, this article aims to shed some light on the growing distance between his government and part of the subaltern sectors responsible for its rising and consolidation. One may only understand the election of Morales in 2005 and the growth of the *Movimiento al Socialismo* (MAS), bearing in mind the cycle of protest that challenged the political-economic model adopted by the Bolivian governments since 1985, marked by political elites' coalitions, and the adoption of neoliberal policies. In Morales' first term, the national economy was reoriented, and a new state form was under construction. Nevertheless, we can observe the increasing contradictions related to two goals of this political project: the recognition of the social and political diversity existing in Bolivia and the state expansion. The debate around the autonomous indigenous governments illuminates the conflicts regarding the distribution of political power to subaltern sectors – the protagonists of the cycle of protests and its consequences –, and the adoption by the central government of a neo-extractivist economic model.

Key words: Plurinational State of Bolivia. Evo Morales. Indigenous autonomy. Neoliberalism. Neo-extrativism.

Introdução

Sob forte crítica de parte da população, em 4 de dezembro de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral boliviano habilitou Evo Morales a concorrer ao quarto mandato presidencial nas eleições previstas para 2019. A decisão levanta grandes controvérsias, pois, o artigo 168 da Constituição de 2009 prevê apenas uma reeleição contínua², e a possibilidade de Morales concorrer a um quarto mandato foi reprovada por 51,3% dos votantes em um referendo realizado em fevereiro de 2016. Durante os debates que precederam a consulta popular, surgiram denúncias envolvendo a vida pessoal de Evo Morales e supostos favorecimentos políticos a uma antiga

2 O primeiro mandato de Morales iniciado em 2006 foi interrompido quando eleições gerais foram convocadas após a promulgação da nova Constituição, em 2009, e apenas os mandatos seguintes contaram para a aplicação da regra, segundo decisão do Tribunal Constitucional.

namorada, apresentadas com o objetivo de desmoralizar o presidente antes do referendo, segundo o governo.

Como uma parcela importante dos que hoje se opõem ao quarto mandato consecutivo de Evo Morales já foi da base de sustentação de seu governo; para além da controvérsia existente acerca da validade do resultado desse referendo, o que interessa neste artigo é explicar as mudanças na conformação do campo da política institucional na Bolívia, e o progressivo afastamento entre o governo de Morales e o *Movimiento al Socialismo* (MAS), de um lado, e parte dos setores subalternos que contribuíram para a sua ascensão e consolidação, de outro.

A articulação de trabalhadores urbanos, camponeses e indígenas desencadeou grandes mudanças na conformação do Estado e no campo da política institucional bolivianos. Iniciadas com o ciclo de mobilizações populares inaugurado em 2000, com a “guerra da água”, essas mudanças deságuam na eleição de Evo Morales e no progressivo fortalecimento do seu partido, o *Movimiento al Socialismo* (MAS). Batizado de *proceso de cambio*, esse projeto político apareceu aliado a uma proposta de construção de uma nova forma de Estado, associado a um novo modelo econômico que, segundo a Constituição de 2009, deve ser plural, constituído “por formas de organização econômica comunitária, estatal, privada e social cooperativa” e “orientado a melhorar a qualidade de vida e o *vivir bien* de todas as bolivianas e os bolivianos” (art. 306). Assim, explicar as transformações ocorridas na Bolívia nas últimas duas décadas implica igualmente em lançar luz sobre a concretização desse projeto.

Começo então este artigo com uma apresentação da formação do Estado boliviano moderno e do modelo político-econômico adotado a partir de 1985. Abordarei em seguida o ciclo de mobilizações populares que fez ruir esse regime, marcado por acordos entre elites políticas e o consenso em torno da adoção de políticas neoliberais. Como resultado, houve uma mudança extraordinária no campo da política institucional, com a presença de representantes dos setores subalternos em posições centrais do Executivo e com uma maior participação dos mesmos nos poderes Legislativo e Judiciário.

Na segunda parte do artigo, serão expostas as contradições ligadas a dois objetivos fundamentais do projeto de refundação do Estado boliviano capitaneado por Evo Morales e seu partido: o reconhecimento da diversidade social e política existente na Bolívia – incorporada por

aqueles que se revoltaram no início do século e que formaram a base de apoio de Evo Morales – e a expansão estatal, que acabou se confundindo com a consolidação do MAS como partido hegemônico.

Essas contradições aparecem claramente no processo de implementação de governos autônomos indígenas, reconhecidos na Constituição de 2009. Analiso como a aplicação desse direito – um dos alicerces da reconstrução do Estado e da distribuição de poder para os setores subalternos – encontra grandes desafios ao ser confrontado ao projeto de fortalecimento de um Estado historicamente percebido como fraco.

O debate acerca da consolidação de projetos autonômicos ilumina não somente as contradições no que tange à distribuição de poder político, mas também como ela é influenciada pelo projeto econômico atual do governo central. O extrativismo dá forma a uma nova ordem hegemônica que estrutura o capitalismo global (FABRICANT; GUSTAFSON, 2015); o governo boliviano subscreveu – como seus vizinhos “progressistas” e “conservadores” – o “consenso de commodities”, com a intensificação de megaprojetos de exploração e exportação de bens primários em grande escala, estimulado pelo aumento dos preços das matérias primas no mercado internacional (SVAMPA, 2013, p.31).

Se a mobilização popular rompeu as fronteiras do campo da política institucional e permitiu sua abertura para grupos alijados dos processos decisórios, progressivamente, o projeto político encabeçado por Evo Morales volta a construir barreiras e dificultar o acesso à parte importante dos setores subalternos que sustentou os seus governos.

A Formação do Estado Boliviano Moderno

A Revolução Nacional de 1952 é um marco da organização do Estado boliviano moderno. Dentre as principais medidas do governo revolucionário, destacaram-se a instituição do voto universal, a nacionalização das minas e a promulgação da reforma agrária, que levou à abolição, de fato, do sistema de servidão de trabalhadores nas *haciendas*, que fora apenas formalmente proibido na década de 1940. O projeto modernizador do novo Estado buscou igualmente estabelecer uma nova relação com a maioria da população rural do país por meio dos sindicatos, reforçando o discurso da mestiçagem e a identidade camponesa dos indígenas.

A primeira fase do Estado criado pela Revolução de 1952 chegaria ao fim em 1964, com o golpe perpetrado por René Barrientos, dando início a um período de ditaduras militares que perduraria até princípios da década de oitenta. Houve restrições dos direitos políticos, a *Central Obrera Boliviana* (COB), principal organização dos setores subalternos, foi declarada ilegal e líderes sindicais foram presos e assassinados. Parte do campesinato, contudo, manteve-se como base de apoio do governo, por meio do chamado “pacto militar camponês”.

Enquanto nas regiões dos Vales e do Altiplano, no Ocidente boliviano, a reforma agrária levou à criação de pequenas propriedades familiares, no Oriente, consolidou-se durante os governos ditatoriais um sistema de latifúndios. Depois da Revolução Nacional de 1952, o governo boliviano destinou a maior parte dos empréstimos para a produção agrícola nos departamentos do Oriente. Ignorando a presença indígena na região, os governos de René Barrientos (1964-1969) e Hugo Banzer (1971-1978) distribuíram terras entre seus aliados políticos. Essas duas facetas da reforma agrária têm consequências importantes na Bolívia atual.

De acordo com Silvia Rivera (1983), o governo de Banzer entrou em crise a partir do esgotamento do modelo econômico escolhido, responsável pelo crescimento astronômico da dívida externa e pela deterioração dos salários reais. Já para James Dunkerley, a despeito da crise econômica que o país enfrentava, “as principais fissuras no edifício da ditadura foram de natureza fundamentalmente política e superestrutural” (DURNKERLEY, 2003, p. 283)³.

Foram quatro anos conturbados entre o fim da ditadura de Banzer e a ascensão de um novo governo democraticamente eleito. A *Unidad Democratica y Popular* (UDP), coalizão de centro-esquerda que assumiu em 1982, herdou de seus antecessores uma grave crise econômica. Com o agravamento da crise devido ao baixo preço do estanho no mercado mundial, e sem apoio das principais organizações sociais ou do Parlamento, o governo da UDP se tornou insustentável e as eleições foram antecipadas. Victor Paz Estenssoro, primeiro presidente boliviano após a Revolução de 1952, foi então eleito com a tarefa de controlar as crises econômica e política que inviabilizaram o governo anterior. Iniciou-se

3 Todas as traduções foram feitas pela autora.

um novo período de coalizões políticas marcado por um consenso no que tange ao modelo econômico neoliberal adotado.

Democracia Pactuada, Neoliberalismo e Expansão Estatal

Paz Estenssoro iniciou seu quarto mandato presidencial em agosto de 1985 e, naquele mesmo mês, lançou o programa batizado de Nova Política Econômica. O programa foi instituído através do Decreto Supremo 21060 com o objetivo de:

Atacar as causas centrais da crise no marco de uma racionalidade de medidas fiscais, monetárias, cambiais e de ajuste administrativo do setor estatal que, além de seu conteúdo, radicalmente anti-inflacionário, estabeleça os fundamentos para reiniciar, redefinir e encaminhar o desenvolvimento nacional libertador, dotado de profundo conteúdo social que resgate os valores morais do povo boliviano (BOLÍVIA, 1985).

Para García Linera (2008a) e Albó (2009), o ano de 1985 marcaria o fim do Estado de 1952. Corroborando essa tese, Ströbele-Gregor afirma que, embora determinadas políticas de governos anteriores possam ser qualificadas de neoliberais, 1985 marcaria uma “virada total” na direção da construção de um Estado neoliberal. A autora sublinha:

As bases da economia nacional e o sistema estatal de serviços sociais que caracterizavam o modelo de acumulação com intervenção estatal permanecem intactos, em sua estrutura básica, até 1985. Foi então quando a modernização neoliberal deu fim concreto e ideológico ao que sobrou das “conquistas da revolução” (STRÖBELE-GREGOR, 1994, p. 110).

As medidas adotadas consistiam na abertura do mercado para bens importados e transações financeiras, liberalização do sistema de preços, congelamento de salários, redução dos gastos estatais, demissão em massa de trabalhadores, e redução do papel regulador do Estado (STRÖBELE-GREGOR, 1994). As medidas implantadas foram eficientes no combate à inflação, contudo, seu custo social foi bastante alto. Com

a diminuição dos créditos oferecidos pelo governo, as novas políticas econômicas levaram a crise também às áreas rurais (STRÖBELE-GREGOR, 1996; VAN COTT, 2003).

A partir de 1993, iniciou-se uma nova etapa da implantação de políticas neoliberais na Bolívia com a eleição de Gonzalo Sánchez de Lozada, um importante empresário do setor mineiro. O novo governo adotou as chamadas “reformas neoliberais de segunda geração”, dentre as quais se destaca a privatização de empresas públicas, como a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*, em um processo batizado de *capitalización*.

A adoção desse modelo econômico foi possível graças à formação de uma maioria parlamentar alcançada pelo governo de Paz Estenssorro, em 1985, em torno do “Pacto pela Democracia”, inaugurando uma estratégia política de acordos que marcariam as primeiras décadas de redemocratização, período da chamada “democracia pactuada”.

Conforme a Constituição vigente naquele momento, o Congresso boliviano deveria escolher dentre os três primeiros colocados nas eleições presidenciais, caso nenhum candidato alcançasse mais de 50% dos votos válidos. Em 1985, o ex-ditador Hugo Banzer havia ficado em primeiro lugar na votação popular, mas como não alcançou a maioria absoluta votos, coube ao Parlamento escolher o novo presidente, Victor Paz Estenssoro. O funcionamento do sistema político boliviano foi fortemente influenciado por essa regra, pois, até 2005, nenhum candidato recebeu mais da metade dos votos.

A adoção da política econômica inaugurada com o Decreto Supremo 21060 teve como uma de suas principais consequências para o campo político boliviano a desarticulação da *Central Obrera Boliviana* (COB), criada poucos dias depois da Revolução de 1952 e principal organização da classe trabalhadora desde então. Essa desarticulação refletia, em grande medida, o enfraquecimento do movimento mineiro. Contudo, paralelamente ao enfraquecimento da COB, outras organizações representantes dos setores subalternos se fortaleceram e se tornaram as principais antagonistas ao Estado. Esses atores, que localmente se organizavam em bairros, comunidades indígenas e camponesas, se articulavam também nacionalmente. Dentre essas organizações que se consolidaram nesse período, destacam-se a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) e a *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia* (Cidob).

Algumas reformas constitucionais realizadas durante o governo de Sánchez de Lozada criaram novos espaços de participação política para esses setores, que até então estavam praticamente excluídos do campo político-institucional. Além da adoção de políticas multiculturais, como a inclusão na Constituição do caráter “multiétnico e pluricultural” da nação boliviana e a adoção da educação bilíngue; foi promovida uma descentralização da administração estatal e, como resposta à mobilização de organizações indígenas, foram criadas as Terras Comunitárias de Origem (TCO) – título agrário coletivo que concedia o direito aos povos e comunidades indígenas de administrar seus territórios.

A partir da Lei de Participação Popular (LPP), de 1994, e da Lei de Descentralização Administrativa (LDA), de 1995, foram criados municípios rurais e ampliadas as competências e o repasse de recursos em favor dos governos municipais. O processo de municipalização das áreas rurais não deve ser entendido apenas como um recurso de descentralização do poder político. Tratava-se, de forma aparentemente contraditória, de um projeto de expansão estatal. Se, por um lado, a adoção das chamadas “políticas neoliberais de segunda geração” teve como objetivo reduzir o controle estatal sobre a economia nacional, por outro lado, essas políticas foram acompanhadas de uma expansão do controle do território boliviano pelo Estado.

A multiplicidade de formas de organização social e política existentes na Bolívia torna difícil uma generalização a respeito do impacto das reformas políticas da década de 1990. Se, em alguns casos, as reformas podem ter funcionado como um elemento desarticulador das estruturas locais e organizacionais; em outros, elas foram aproveitadas como uma forma de inclusão numa estrutural estatal que até então era muito fechada. Assim, a maior participação estatal pode ser entendida, em determinadas regiões, como uma possibilidade de fortalecimento das estruturas organizacionais locais e, em outras, como um perigo para formas autônomas de organização social e política. Independente de seus distintos efeitos, é importante sublinhar que esse empreendimento de expansão do controle estatal foi elaborado dentro de um marco republicano de organização territorial e política. Ao limitar o reconhecimento das formas autóctones de organização apenas às Organizações Territoriais de Base, a nova legislação impunha às comunidades indígenas um sistema que lhes era estrangeiro e fronteiras (municipais e departamentais)

que não correspondiam àquelas de suas comunidades, *ayllus*, *markas* e capitânias.

O processo de construção democrática continuava incompleto. Contudo, foi a partir da criação de municípios rurais que o partido criado inicialmente como instrumento político de organizações camponesas e que mais tarde adotaria o nome de *Movimiento al Socialismo* (MAS), pode se fortalecer localmente⁴. Embora houvesse experiências anteriores de formação de partidos que reivindicavam uma representação indígena e camponesa, nenhum atingira o sucesso eleitoral do MAS.

Não obstante o enfraquecimento do movimento operário na década de 1980, o consenso entre as elites políticas durante o período da democracia pactuada foi frequentemente questionado por mobilizações populares. O pacto que garantia a governabilidade permitia uma inclusão muito limitada das reivindicações dos atores subalternos organizados. O caráter excludente e autoritário que assumiu a democracia representativa na Bolívia naqueles anos é corroborado pelo fato de todos os presidentes até 2000 terem recorrido à declaração do estado de sítio para reprimir ações contenciosas. Paz Estenssoro (1985-1989) declarou duas vezes em 1986, quando seu plano econômico estava sendo contestado. Jaime Paz Zamora (1989-1993) também o fez em 1989, quando professores de todo o país organizavam uma greve de fome. Dirigentes de organizações de trabalhadores e estudantis foram presos. Durante o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), ainda que a retórica governamental evocasse uma maior “participação popular”, os bolivianos viveram seis meses sob o estado de exceção.

Em 2000, Hugo Banzer também decretaria estado de sítio durante as mobilizações em torno do direito à água. Essa revolta, conhecida como guerra da água, inauguraria um período de mobilizações populares que pode ser entendido como o auge da crise da forma de articulação entre o Estado e a sociedade boliviana.

O período da “democracia pactuada” não foi capaz de realizar uma transição democrática satisfatória, a partir da inclusão de atores subalternos e suas estruturas de organização. Além disso, a política econômica adotada foi um fracasso em termos de melhoria nas condições de vida da população boliviana, conservando o padrão histórico desigual

4 Sobre o processo de formação do MAS e suas primeiras participações eleitorais, Stefanoni (2003); Van Cott (2003); Do Alto e Stefanoni (2010).

de concentração de riqueza – em 1997, os níveis de pobreza no país se mantinham iguais àqueles existentes em meados dos anos 1980 (PNUD, 2002 apud PANNAIN, 2014).

Esse era o cenário quando eclodiu o ciclo de mobilizações populares iniciado em 2000, com a “guerra da água”, e que terminaria apenas em 2005. O ciclo de revoltas protagonizado pelos setores subalternos em diferentes momentos teve como gatilho medidas econômicas percebidas pela população como prejudiciais aos seus interesses. As mobilizações revelaram a enorme insatisfação popular com sistema político e as políticas macroeconômicas que reproduziam a exclusão de grande maioria dos bolivianos.

Os Setores Subalternos Contra a Democracia Pactuada

Entre os anos de 2000 e 2005, mobilizações populares colocaram em questão o modelo econômico, reeditado por todos os governos desde 1985, e o sistema de representação política excludente, que havia tornado possível a eleição do general Hugo Banzer à Presidência da República Boliviana em 1997⁵. O ano 2000 é considerado o marco inicial do último ciclo de crises políticas vividas pela Bolívia. Mais uma vez, seria durante um mandato do ex-ditador Banzer que a estabilidade do regime político vigente seria posta em xeque. Se, em 1974, a repressão à mobilização camponesa em Tolata havia enterrado o pacto militar camponês, em 2000, as mobilizações em torno do direito à água marcaram o início do fim da democracia pactuada. A repressão foi a primeira “solução” encontrada por Banzer para responder à insatisfação social. Nos dois eventos, em 1974 e em 2000, a obediência às exigências das instituições financeiras internacionais havia custado caro para seu governo em termos políticos. Na década de 1970, as mobilizações sociais foram desencadeadas por medidas econômicas exigidas pelo Fundo Monetário Internacional, que aumentavam o custo de vida dos bolivianos (DUNKERLEY, 2003). No episódio mais recente, um relatório do Banco Mundial instruía o governo a “não subsidiar o aumento nos preços da água para o consumo” (OLIVERA *et al.*, 2008, p. 19). Ao seguir a instrução, o governo desencadeou a guerra da água.

5 Para uma apresentação mais detalhada desse ciclo de mobilizações iniciado em 2000, Gutiérrez Aguilar (2008); García Linera *et al.* (2008); Hylton e Thomson (2005); Pannain (2014).

A revolta irrompeu a partir da transferência do serviço de água e esgoto da cidade Cochabamba a uma empresa privada e pela promulgação da Lei 2029, que regulava o sistema de distribuição de água potável e esgoto sanitário. Além do grande aumento nas tarifas de água dos moradores de Cochabamba, essas mudanças desarticulavam os sistemas de captação e distribuição de água desenvolvidos por aqueles que viviam no campo e em bairros urbanos periféricos. Na cidade de Cochabamba, o sistema central de distribuição de água alcançava apenas metade da população, levando a outra metade a se articular em cooperativas próprias para construção de poços ou compra de cisternas (OLIVERA *et al.*, 2008).

Criada em novembro de 1999, a Coordenadora em Defesa da Água e da Vida foi o resultado de uma articulação entre diferentes setores organizados da sociedade, com destaque para a participação de camponeses dos Vales de Cochabamba, e operários urbanos reunidos na *Federación de Fabriles de Cochabamba*, da qual Oscar Olivera, principal porta-voz da Coordenadora, era Secretário Executivo. Mandados de prisão foram expedidos contra seus representantes e manifestações de rua foram fortemente reprimidas. Essa resposta do governo aumentou a mobilização social, obrigando-o finalmente a chegar a um acordo que modificava a lei contestada e devolvia o controle da empresa de água ao governo municipal, agora em associação com representantes indicados pela Coordenadora.

Outra grande mobilização acompanhou essa sublevação popular. Camponeses bloquearam estradas nos departamentos de La Paz, Cochabamba, Oruro, Chuquisaca e Tarija contra a nova Lei de Águas; sob a liderança da *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) e de seu secretário geral, Felipe Quispe. Dentre as demandas desse setor mobilizado, apresentadas ao governo em 2001, estavam a anulação do Decreto Supremo 21060 de 1985 (considerado o marco inicial da implantação de medidas econômicas e políticas neoliberais na Bolívia); a substituição de heróis nacionais de origem europeia por outros de origem indígena; e autogoverno indígena (GARCÍA LINERA, 2008b, p. 181).

Paralelamente, o movimento camponês cocaleiro das regiões do Trópico de Cochabamba e dos Yungas em La Paz se insurgiu contra a violenta política de eliminação da produção da folha de coca posta em

prática pelos governos de Banzer (1997-2001) e de Tuto Quiroga Santa Cruz (2001-2002). O movimento cocaleiro cochabambino lançou na política nacional Evo Morales – Secretário Geral da *Coordinadora de las Seis Federaciones del Trópico de Cochabamba* desde 1988 – e deu origem ao *Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos* (IPSP), que mais tarde adotaria a legenda *Movimiento al Socialismo* (MAS)⁶.

As organizações indígenas das terras baixas bolivianas também participaram da mobilização popular organizando a “Marcha pela Soberania Popular, pelo Território e pelos Recursos Naturais”, em 2002. As principais reivindicações da marcha eram a convocação de uma assembleia constituinte com a participação dos diferentes setores sociais, sem a obrigatoriedade da mediação pelos partidos políticos, e a anulação das medidas do “pacote agrário” que beneficiavam os grandes proprietários de terras.

No ano seguinte à marcha, as mobilizações sociais tomaram uma dimensão inédita desde a volta à democracia. Em fevereiro de 2003, pressionado pelo Fundo Monetário Internacional, o governo anunciou um novo imposto sobre os salários. A *Central Obrera Boliviana* e Evo Morales convocaram a população a se rebelar contra a medida. Afetada pelo imposto, a polícia nacional se somou à mobilização, entrando em confronto com o exército. Em outubro daquele mesmo ano, uma gigantesca revolta popular, mobilizando diferentes segmentos das classes subalternas, foi desencadeada como resposta ao projeto do governo de exportar o gás boliviano para os Estados Unidos e o México através de um porto chileno. Havia, sem dúvida, um alto grau de insatisfação das classes subalternas com a política boliviana e o modelo econômico ao qual esta estava associada, como indicam as intensas e constantes mobilizações sociais desde 2000. Completavam o cenário político das revoltas de 2003, a debilidade do governo do presidente Sánchez de Lozada, e a forte rejeição popular à política de privatização realizada em seu primeiro mandato e à decisão de exportar gás pelos portos chilenos, ignorando o ressentimento histórico dos bolivianos por terem perdido o acesso ao mar para o Chile na Guerra do Pacífico (1879-1883).

Em outubro de 2003, a mobilização se espalhou pelo país, contudo, os habitantes de El Alto foram os principais protagonistas da revolta popular e as maiores vítimas da repressão governamental. De

6 Para um estudo detalhado do movimento cocaleiro boliviano, Urquidi (2007).

acordo com o censo realizado em 2001, mais de 80% da população da cidade de El Alto se autoidentificava como indígena. Além dos migrantes indígenas do campo, El Alto foi igualmente destino de parte dos mineiros que perderam seus empregos na década de oitenta. Assim, a tradição de mobilização desse grupo teve uma influência nas práticas cotidianas e nas estruturas de ação coletiva mobilizadas em 2003, ao lado das estruturas de organização da população de origem rural que havia migrado para a cidade, em grande parte responsável pela organização da vida em El Alto. Foram formados microgovernos indígenas (MAMANI, 2005).

Após responder à mobilização com um massacre de civis, Sánchez de Lozada fugiu do país e assumiu seu vice, Carlos Mesa. No final de 2004, o frágil equilíbrio no qual se apoiava o governo de Mesa foi afetado pelo anúncio do aumento do preço da gasolina e do diesel, exigência do Fundo Monetário Internacional (WEBBER, 2010, p. 57). Representantes das classes subalternas e parte das elites econômicas se posicionaram fortemente contra a medida governamental. No ano seguinte, a crise política que estava em estado latente voltou a se agudizar quando a *Federación de Juntas Vecinales* de El Alto se mobilizou para expulsar a empresa Águas de Illimani, que pertencia a uma transnacional, e o movimento cocaleiro do Chapare, sob a liderança de Evo Morales, anunciou uma retomada dos bloqueios de estradas. Sob forte pressão de diferentes setores da sociedade boliviana, Carlos Mesa renunciou à presidência. Evo Morales foi então eleito, em dezembro de 2005, com 53,74% dos votos.

A Reconfiguração do Campo da Política Institucional e a Proposta de um Novo Estado

Nos primeiros meses do governo de Evo Morales, em 2006, foram implantadas importantes demandas dos setores subalternos mobilizados nos anos precedentes. Em março, foram convocadas eleições para a primeira assembleia constituinte a ser formada democraticamente na história da Bolívia. Em 1º de maio, Morales anunciou o decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos, que culminou em uma negociação dos contratos de exploração destes recursos com as empresas multinacionais atuantes no país. Iniciava-se o *proceso de cambio*.

O novo governo, eleito em grande parte por aqueles que haviam se levantado nas revoltas populares dos anos precedentes, deslocou do Poder Executivo uma elite que historicamente havia combinado poder econômico e poder político.

A análise de Luis Tapia (2010) é esclarecedora acerca da articulação histórica entre as estruturas de poder patrimonial e o Estado boliviano, e suas consequências para o período político iniciado em 2006, que o autor caracteriza como uma conjuntura de relativa autonomia do Estado. Para Tapia (2010), a história boliviana desde a colônia havia sido caracterizada pela articulação entre a classe de latifundiários (*clase terrateniente*) com o poder estatal. A exceção teria sido a primeira fase do Estado de 1952, que vai da Revolução até o golpe de Barrientos, em 1964.

O autor chama de “presidencialismo colonial” o sistema operante de 1985 a 2005, no qual o “Estado boliviano se encontrava em uma situação instrumental no sentido estrito do termo”, posto que os membros da classe economicamente dominante se converteram “na cabeça do Executivo; foram presidente, ministros, senadores e deputados, assim como também autoridades regionais e locais, isto é, governadores (*prefectos*) e prefeitos (*alcades*)” (TAPIA, 2010, p. 113). De acordo com Tapia (2010), foi essa instrumentalização – em sua faceta de presidencialismo colonial – que foi questionada no ciclo de mobilizações até 2005. A partir de então, o deslocamento de membros da classe dominante do Poder Executivo nacional e de alguns governos municipais e departamentais quebrou “o *continuum* ou corrente de poder ou exercício do poder econômico, social e político que se estabelecia entre as estruturas do estado boliviano e as estruturas de poder patrimonialista” (TAPIA, 2010, p. 115).

Contudo, o fato desta mudança não ter ocorrido de forma uniforme no território boliviano, tendo sido mais eficaz onde a estrutura patrimonialista já havia sido bastante modificada e substituída a partir da Revolução de 1952, e menos presente nos departamentos da Meia Lua, criou um “Estado dividido”. Haveria então dois blocos sociais em contradição e “desencadeando uma intensa luta de classes através da forma aparente da discussão sobre a descentralização do Estado, em particular, sobre o projeto de autonomias departamentais” (TAPIA, 2010, p. 121).

A Comissão de Autonomia da Assembleia Constituinte mostrou de forma exemplar o embate entre os dois blocos mencionados por Tapia

(2010). De um lado, aqueles que adotaram com força a bandeira da autonomia departamental contra um governo centralista. Questionado por mobilizações sociais, esse governo saía do controle de uma elite política e econômica, que até então se confundia com as elites departamentais da região da Meia Lua. Do outro lado estavam organizações populares que haviam participado da contestação da ordem política vigente até 2005⁷.

Mais de um ano antes da eleição de Evo Morales, em setembro de 2004, organizações indígenas e camponesas criaram o Pacto de Unidade. Esse espaço de encontro e negociação seria fundamental no período da Assembleia Constituinte. Por meio do Pacto, as organizações sociais elaboraram uma proposta para a nova Constituição que influenciaria o texto final aprovado pelos deputados constituintes. A proposta do Pacto de Unidade aponta o acordo ao qual chegaram as organizações indígenas e camponesas, a formação de um Estado plurinacional e unitário, no qual as autonomias indígenas teriam um lugar central⁸:

Entendemos que o Estado Plurinacional é um modelo de organização política para a descolonização de nossas nações e povos, reafirmando, recuperando e fortalecendo nossa autonomia territorial, para alcançar a vida plena, para “vivir bien”, com uma visão solidária, desta maneira, ser os motores da unidade e do bem-estar social de todos os bolivianos, garantindo o exercício pleno de todos os direitos [...]. Nossa decisão de construir o Estado Plurinacional baseado em autonomias indígenas, originárias e camponesas deve ser entendida como um caminho em direção à nossa autodeterminação como nações e povos, para definir nossas políticas comunitárias, sistemas sociais, econômicos, políticos e jurídicos e, neste marco, reafirmar nossas estruturas de governo, eleição de autoridades e administração de justiça, com respeito a formas de vida diferenciadas no uso do espaço e do território (PACTO DE UNIDAD, 2006 apud PANNAIN, 2014, p. 4).

7 Para uma análise do processo constituinte boliviano e do texto constitucional, Schavelzon (2010); Yamamoto (2011); Garcés (2013); Leonel Junior (2015).

8 Para uma análise da relação entre o discurso local dos movimentos indígenas bolivianos e aquele presente no cenário internacional sobre as autonomias, Freitas (2012).

Dada a forma como foram eleitos os constituintes, as organizações indígenas contavam com apenas dois representantes na Comissão, formada majoritariamente por profissionais liberais. Apenas o representante guarani, Avilio Vaca, identificava-se como camponês.

Durante todo o período de funcionamento da Assembleia Constituinte houve uma constante negociação e redefinição da “autonomia indígena”, entre organizações indígenas e camponesas, e entre essas, o MAS e o governo nacional. A proposta das organizações indígenas só foi incluída no informe de maioria final elaborado pelos representantes do MAS, na véspera da sua entrega, sob pressão das organizações indígenas. Esse processo continuaria em 2008, com as modificações feitas durante os diálogos entre governo e a oposição ao primeiro texto constitucional aprovado pelos constituintes e com os debates no Congresso nacional boliviano (PANNAIN, 2014, p. 213-217).

Embora a eleição de Evo Morales e as principais medidas do novo governo respondessem a parte dos anseios dos setores subalternos mobilizados entre 2000 e 2005, a instabilidade política persistiria até 2008, agora como resultado da reação daqueles que perderam o controle do poder central do Estado boliviano. A maioria opositora no Senado dificultava a implantação da agenda do novo governo; setores da oposição tentaram impedir de muitas formas, inclusive com recurso à violência, a redação da nova constituição; atos de violência contra organizações camponesas e indígenas se espalharam pelo país, culminando com o evento conhecido como “massacre de Pando”⁹; governos departamentais decretavam estatutos autonômicos ilegais para fazer frente ao governo central; Evo Morales e seus ministros eram impedidos de participar de eventos nos departamentos da Meia Lua. O governo denunciou uma tentativa de golpe de estado por parte da oposição com o apoio dos Estados Unidos.

A grave crise política dos primeiros anos do governo do MAS impunha a necessidade de uma articulação entre o governo e diferentes

9 Tratou-se de uma emboscada contra camponeses e indígenas que se dirigiam a um evento político contra o governador do departamento do Pando, o opositor Leopoldo Fernandez. Estima-se que duas dezenas de manifestantes tenham sido assassinados neste episódio. Leopoldo Fernandez foi acusado de ter envolvimento no evento, quando foram identificados funcionários da prefeitura e veículos oficiais nos vídeos feitos no momento do ataque. O embate entre o governo central e o governo de Pando levou o primeiro a declarar estado de sítio naquele departamento.

organizações dos setores subalternos. Frente a uma oposição violenta e antidemocrática, a mobilização desses setores foi fundamental para garantir a manutenção do governo e a aprovação de suas propostas.

Todavia, após a superação da crise política, com a aprovação de Evo Morales no referendo revogatório de mandato convocado pelo próprio governo, a negociação com a oposição e no Congresso do texto redigido pelos deputados constituintes, a reeleição de Morales em 2009 e o grande sucesso eleitoral do MAS nas eleições legislativas daquele ano, ficou evidente o progressivo afastamento de parte dos setores subalternos e o governo de Morales e seu partido. O campo da política institucional se fechou mais uma vez, excluindo muitos daqueles que haviam sido responsáveis pela sua abertura durante o ciclo de mobilizações do início do século.

Entre Hegemonia e Autonomia

No dia 25 de janeiro de 2009, 61,43% dos bolivianos votaram pela aprovação da nova Constituição. Discursando naquele dia, Evo Morales declarou o fim do colonialismo interno e externo, do Estado colonial e do neoliberalismo. Em dezembro de 2009, Evo Morales e seu vice Álvaro García Linera foram reeleitos com 64,22% dos votos e a maioria das cadeiras das duas casas da Assembleia Legislativa Plurinacional foram alcançadas pelo MAS.

O processo de construção da autonomia indígena na Bolívia se manteve como um espaço de disputa e concertação. O governo é acusado por organizações indígenas e não governamentais de não promover a formação desses governos autônomos, e de ser responsável pela inclusão dos “cadeados” presentes na Lei Marco de Autonomias e Descentralização, de 2010, que dificultam a constituição das autonomias indígenas originário camponesas (AIOC). Dentre os “cadeados” estariam o limite mínimo populacional de dez mil habitantes por unidade territorial no Altiplano e quatro mil nas Terras Baixas, por unidade territorial, para a conversão à autonomia indígena; a impossibilidade de criar entes autonômicos que ultrapassem fronteiras departamentais; a exigência de um “certificado de ancestralidade” que garanta aos povos indígenas seus direitos constitucionais etc.

Representantes do governo têm uma interpretação divergente acerca dessas exigências. Alguns pontos que as organizações indígenas percebem como desnecessários e impostos pelo governo são justificados pelo vice-ministro de autonomias, Gonzalo Vargas, como uma forma de manter a ordem e garantir a viabilidade do processo de construção de autonomias indígenas. A exigência de limites populacionais mínimos, por exemplo, seria pertinente tendo em vista a experiência de municípios muito pequenos que apresentam uma gestão ineficiente. Acerca do que chama de dois projetos civilizatórios existentes na Bolívia atualmente, Vargas sublinha a importância da existência de “regras do jogo”, para que a colisão entre os direitos individuais e os direitos coletivos “*não termine permanentemente em enfrentamento*”. Neste sentido, argumenta, regras seriam necessárias para estabelecer critérios de solidariedade, de apoio e articulação com a sociedade não indígena¹⁰.

A nova Constituição boliviana prevê duas vias para a conformação de uma AIOC: a conversão de um município ou de um Território Indígena Originário Camponês, formado a partir de um processo burocrático pelo qual devem passar as TCO. A Constituição define procedimentos distintos para as duas vias. No caso de um território indígena, a sua população pode optar pela mudança por meio de procedimentos próprios, já para os municípios, um referendo é organizado pelo órgão eleitoral. Nas eleições de dezembro de 2009, a população de 12 municípios foi consultada e, em 11 deles, foi aprovada a conversão à AIOC: Charagua, Huacaya, Chayanta, Tarabuco, Mojocoya, Charazani, Jesús de Machaca, San Pedro de Totora, Pampa Aullagas, Salinas de Garci Mendoza e Chipaya. Desde então, outros municípios e territórios começaram o processo de transição, contudo, até novembro de 2018, apenas os municípios de Charagua e Chipaya e o território de Raqaypampa haviam instaurado um governo autônomo indígena¹¹.

Desde a ascensão do MAS ao governo central, é possível notar diferentes movimentos por parte do governo e dos representantes das organizações indígenas que indicam a complexidade da reconfiguração do campo político boliviano e da relação entre o Estado e parte dos setores subalternos que se reconhece como indígena. Essa complexidade está

10 Entrevista realizada com a autora, La Paz, dez. 2013.

11 Os estatutos autônomos de Mojocoya e Huacaya não foram aprovados nos referendos e devem ser editados, os demais municípios e territórios ainda estão em fases anteriores do processo de conversão.

relacionada às duas faces do projeto de “refundação” do Estado boliviano iniciado com as mobilizações populares a partir de 2000 e assumido (ou apropriado) pelo governo do MAS. De um lado, o reconhecimento da diversidade social e política da Bolívia, e de outro, a expansão do Estado até então percebido como fraco e pouco presente.

Destacam-se alguns aspectos dessa mais recente expansão estatal. Em primeiro lugar, o Estado se fez mais presente na economia a partir da nacionalização de empresas de diferentes setores estratégicos, como o de telecomunicações e de mineração, ao mesmo tempo em que foram criadas novas empresas estatais. A renegociação dos contratos de exploração dos hidrocarbonetos e o alto preço das matérias-primas no mercado internacional nos primeiros anos do governo de Evo Morales, dentre outros fatores, levaram a um aumento significativo dos recursos econômicos em mãos do governo central, auxiliando a viabilização dos programas do governo. O total gasto em investimento público passou de 629 milhões de dólares em 2005, para três bilhões 781 milhões em 2013 (BOLÍVIA, 2013). Igualmente, observa-se uma maior presença do Estado no território nacional por meio de programas governamentais e de obras de infraestrutura, por exemplo, com o programa “*Bolívia hace, Evo cumple*”.

De fato, no mesmo momento em que se constitucionaliza o reconhecimento da autonomia, o Estado, por meio da condução do atual governo central, disponibiliza-se, com uma intensidade inédita, a estar presente na vida dos bolivianos. Contudo, se por um lado poderia haver desinteresse em construção de processos autonômicos em um momento que as autoridades locais contam com uma quantidade inédita de recursos, conforme argumenta a ex-ministra de autonomias Claudia Peña¹²; não se pode negar a dificuldade em conciliar o fortalecimento do Estado e a consolidação em seu comando pelo setor que representa o MAS, e uma autonomia que implica em menor intervenção do governo em parte do território.

A nacionalização dos hidrocarbonetos e o investimento dos recursos obtidos com a sua venda para a melhoria da vida da população boliviana foram, com efeito, reivindicações importantes dos setores subalternos que se sublevaram no início do século 21 na Bolívia. Contudo, o projeto de poder do MAS se tornou fortemente dependente do modelo

12 Entrevista com a autora, La Paz, dez. de 2013.

econômico adotado, colocando o governo em conflito com organizações indígenas por conta de projetos de infraestrutura e de exploração do território boliviano. O afastamento entre parte das organizações indígenas e o governo se tornou patente durante a mobilização indígena contra o trajeto de uma estrada em construção que previa passar pelo centro do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (Tipnis)¹³. A repressão governamental à VIII Marcha Indígena de 2011 evidenciou então a pouca abertura do governo a movimentos que questionassem esses megaprojetos. A repressão policial também foi a resposta à mobilização dos Guarani da TCO Takovo Mora, em 2015, que exigiam ser consultados a respeito da exploração de petróleo em seu território.

Com efeito, o fato da maior parte das reservas de hidrocarbonetos do país estarem em território da Nação Guarani cria uma constante fonte de atrito entre o governo de Morales e esse povo, cuja organização, Assembleia do Povo Guarani, foi uma das mais engajadas na inclusão do direito ao autogoverno indígena na nova Constituição. Na véspera da aprovação em referendo do estatuto da autonomia guarani Charagua Iyambae, em 2015, o vice-presidente boliviano Álvaro García Linera anunciava, em uma comunidade da TCO de Parapitiguasu, o início das obras de um poço para a extração de gás. Naquele evento, entre moradores de comunidades guarani e funcionários da companhia estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), Linera explicava que as provas sísmicas haviam indicado a possível presença de hidrocarbonetos em terras privadas. Ainda que essas terras se encontrassem dentro da TCO guarani – o reconhecimento de terras privadas dentro de territórios indígenas foi um importante limite da Lei Inra –, não se aplicava o direito dos povos indígenas à consulta prévia, livre e informada reconhecido na Constituição¹⁴.

A história de pouca ou nenhuma negociação com os atores afetados se repetiu em outros territórios onde existem projetos de exploração de hidrocarbonetos, de lítio, de construção de hidroelétricas etc. O recurso à violência (como em Tipnis e Takovo Mora) e a subterfúgios (como no caso de Charagua Iyambae) indicam a dificuldade do governo em elaborar projetos em conjunto com a população das áreas afetadas. Nesse cenário, a construção de governos autônomos indígenas pode

13 Para um estudo do conflito de Tipnis, Moraes (2014).

14 Para uma análise da conversão do município de Charagua em autonomia indígena originário camponesa, Pannain (2018a); Pannain (2018b).

ser percebida pelo governo boliviano como um entrave ainda maior na execução desses planos.

Também tem consequências para o desenvolvimento do processo de construção de autonomias indígenas o fato da expansão do campo da política institucional para a inclusão de novos atores se confundir com o fortalecimento do próprio MAS. Uma das consequências da crise política foi o fortalecimento do MAS em todas as regiões do país. Nas eleições municipais de 2010, o MAS ganhou em 68% municípios bolivianos (MAS GANÓ..., 2010). Entre 2004 e 2010, os governos locais administrados por representantes do partido passaram de 100 a 231. O MAS elegeu igualmente os prefeitos de nove dos onze municípios em conversão à autonomia indígena. A criação de governos autônomos indígenas, além de diminuir a capacidade de incidência do governo central em regiões do país, têm igualmente uma influência potencialmente negativa para a atuação e expansão do MAS, pois, como explicam Do Alto e Stefanoni (2010, p. 333) “a conquista de um governo departamental ou municipal pode ser lida como a obtenção de uma base material a partir da qual consolidar a hegemonia do partido, mediante a redistribuição de empregos”.

Além disso, o governo é acusado por seus opositores indígenas de favorecer, por meio de diferentes formas de financiamento, organizações camponesas e diretórios paralelos, no caso das organizações indígenas que apresentam alguma oposição. De fato, em 2012 e 2013, conflitos internos dividiram a *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia* (Cidob) e o *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu* (Conamaq) – duas importantes organizações indígenas que participaram do Pacto de Unidade.

Considerações Finais

As divisões no interior de organizações camponesas e indígenas não são novidades, como atestam a existência de diretórios paralelos na CSUTCB no início dos anos 2000 e as divisões no interior da Cidob naquele mesmo período. Tampouco é nova a estratégia governamental de estimular essas disputas apoiando os representantes que lhe oferecessem respaldo, isto também pode ser observado durante o ciclo de revoltas populares do começo do século XXI na Bolívia. Contudo, durante o governo de Evo Morales, essas estratégias governamentais evidenciavam o progressivo fechamento do campo da política institucional e do próprio

MAS à participação de parte dos setores subalternos que até então eram fundamentais para a sua estabilidade – evidenciando, assim, a pouca abertura para aliados que possam eventualmente se opor a determinadas políticas governamentais.

Os defensores da adoção do modelo neoextrativista pelo governo de Evo Morales argumentam que esse é o único caminho atualmente possível para garantir a soberania nacional e que, ao promover o desenvolvimento econômico e investir em políticas redistributivas, o governo está atendendo às demandas elaboradas pelos setores subalternos durante o ciclo de mobilizações populares do começo do século 21, especialmente durante a guerra do gás de 2003. Por outro lado, os críticos desse projeto, com destaque para intelectuais de esquerda e representantes de organizações indígenas, apontam o seu caráter altamente predatório para as populações locais e o meio ambiente, e também a forma autoritária por meio da qual esse projeto tem sido imposto, com pouco ou nenhum espaço para negociação com as populações afetadas. Segundo uma perspectiva crítica, esse processo estaria recriando formas de “neo-colonialismo político territorial” (TAPIA; LÓPEZ, 2016, p. 102).

Com efeito, a Bolívia sempre teve a sua economia baseada no extrativismo e fortemente dependente da exportação de matérias primas. Espera-se então que um país na periferia do capitalismo com esse histórico, inserido ademais em uma economia mundial marcada pelo consenso de commodities (SVAMPA, 2013), encontre enormes dificuldades em adotar um modelo econômico alternativo. Contudo, a própria Constituição boliviana parece indicar o caminho para essa mudança, ao reconhecer o pluralismo econômico, que inclui as formas estatal, social cooperativa, privada e comunitária (LEONEL JUNIOR, 2015).

É possível então observar na raiz das contradições e impasses do *proceso de cambio* uma falta de consenso quanto ao modelo econômico adotado pelo governo central e a crescente concentração de poder nas mãos de apenas uma parcela daqueles que se levantaram contra a ordem vigente no começo do século 21, tornando possível a reordenação do campo da política institucional na Bolívia. Além disso, paralelamente à consolidação da hegemonia do MAS, houve, a partir do segundo mandato de Morales, uma aproximação entre o governo e parte das elites econômicas que tentaram inviabilizar seus primeiros anos de governo, adotando posturas ilegais, inconstitucionais e, muitas vezes, violentas.

Como indiquei neste artigo, o processo de construção de autonomias indígenas ilustra de maneira exemplar a dificuldade do atual governo em manter dois objetivos centrais do projeto de reconstrução do Estado boliviano gestado por movimentos populares: o fortalecimento estatal e a distribuição de poder político e econômico através do reconhecimento das diversas formas de organização social e política existentes na Bolívia. Se essa distribuição de poder para os setores subalternos por meio das autonomias indígenas encontra dificuldades quando enfrentadas ao projeto político de Evo Morales e seu partido; a repartição almejada de poder tampouco se dá por meio da participação no campo da política institucional, dado o progressivo fechamento do mesmo ao longo dos governos do MAS.

Em dezembro de 2018, momento em que a candidatura de Evo Morales e García Linera às eleições de 2019 foi autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, o ex-presidente Carlos Mesa aparece como seu principal adversário e primeiro colocado nas pesquisas eleitorais (MESA..., 2018). Embora tenha sido vice-presidente de Gonzalo Sánchez de Lozada, Mesa assumiu a presidência em 2003 como se fosse um *outsider*, e as forças que boicotaram e conspiraram contra seu governo foram os partidos políticos deslocados do poder central e, particularmente, a burguesia de Santa Cruz (TAPIA, 2005, p. 155-156). Do mesmo modo, Mesa tampouco aparece como um representante dos setores subalternos que se levantaram no ciclo de mobilizações entre 2000 e 2005, pelo contrário, ele foi deposto naquele período. Mais do que uma nova legitimidade do modelo político-econômico da democracia pactuada, o sucesso – ainda que talvez apenas temporário – da candidatura de Carlos Mesa indica, acima de tudo, o desgaste sofrido pelo *proceso de cambio* em função de suas próprias contradições.

Referências

ALBÓ, Xavier. Movimiento y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú. In: CALDERÓN, Fernando (org.). *Movimientos socioculturales en América Latina*. Villa Balleste: Siglo XXI: PNUD, 2009.

BOLÍVIA. *Decreto Supremo 21060, de 29 de Agosto de 1985*. Que la Constitución Política del Estado, en sus artículos 96, inciso 1º, 99 y 143, confiere al Poder Ejecutivo facultad para definir y dirigir la política económica, mediante Decretos y Reglamentos

que deben contemplar la objetiva situación económica del Estado y corregir sus distorsiones. La Paz: Palacio de Gobierno, 1985.

BOLÍVIA. Ministerio de Planificación y Del Desarrollo. *Estados de cuenta consolidados*. Disponível em: http://www.planificacion.gob.bo/uploads/financiera/estados_cuenta_consolidados_al_31_12_2013.pdf. Acesso em: 20 maio 2014.

DO ALTO, Hervé; STEFANONI, Pablo. El MAS: las ambivalencias de la democracia corporativa. In: GARCÍA ORELLANA, Luis Alberto; GARCÍA YAPUR, Fernando Luis (coord.). *Mutaciones del campo político en Bolivia*. La Paz: PNUD-Bolivia, 2010.

DUNKERLEY, James. *Rebelión en las venas. La lucha política en Bolivia 1952-1982*. La Paz: Plural Editores, 2003.

FABRICANT, Nicole; GUSTAFSON, Bret. Moving beyond the extractivism debate, Imagining new social economies. 2015. Disponível em: <https://nacla.org/article/moving-beyond-extractivism-debate-imagining-new-social-economies>. Acesso em: 02 dez. 2018.

FREITAS, Caroline Cotta de Melo. *Entre wiphalas, polleras e ponchos: embates entre os discursos de CONAMAQ, do estado plurinacional da Bolívia e do direito internacional*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GARCÉS, Fernando. *Los indígenas y su estado (pluri)nacional: uma mirada al processo constituyente boliviano*. Cochabamba: Jaina: Clacso: UMSS, 2013.

GARCÍA LINERA, Álvaro. Indianismo e marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias. *Cadernos de América Latina*: Encarte Clacso, n. 2, p.1-5, 2008a.

GARCÍA LINERA, Álvaro (coord.). *Sociología de los movimientos sociales en Bolivia: estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política*. La Paz: Plural Editores, 2008b.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. *Los ritmos del Pachakuti*. La Paz: Textos Rebeldes, 2008.

HYLTON, Forrest; THOMSON, Sinclair. The chequered rainbow. *New Left Review*, n. 35, p. 41-64, 2005.

IAMAMOTO, Sue Angelica Serra. O nacionalismo boliviano em tempos de plurinacionalidade: revoltas antineoliberais e constituinte (2000-2009). 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LEONEL JUNIOR, Gladstone. *O novo constitucionalismo latino-americano: um estudo sobre a Bolívia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

MAMANI, Pablo. *Microgobiernos barriales: levantamiento de la ciudad de El Alto*. La Paz: CADES, 2005.

MAS GANÓ em 231alcaidías. *Los tiempos*, [La Paz], 16 maio 2010. Disponível em: <http://www.lostiempos.com/actualidad/nacional/20100516/mas-gano-231-alcaidias>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MESA agranda su ventaja sobre Morales en eventual balotaje. *Página siete*: diário nacional independente, La Paz, 2 dic. 2018. Disponível em: <https://www.paginasiete.bo/nacional/2018/12/2/mesa-agranda-su-ventaja-sobre-morales-en-eventual-balotaje-201878.html#!>. Acesso em: 7 dez. 2018.

MORAES, Renata Albuquerque. *Desenvolvimento e vivir bien: o caso do território indígena e Parque Nacional Isidoro Sécuré (Bolívia)*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

OLIVERA, Oscar *et al.* *Nosotros somos la coordinadora*. La Paz: Fundación Abril, 2008. Textos rebeldes

PANNAIN, Rafaela Nunes. *A crise do Estado boliviano e a autonomia indígena*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) –Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PANNAIN, Rafaela Nunes. Charagua Iyambae: del fin del silencio guaraní a la construcción de la autonomía sin dueño. In: LÓPEZ, Pavel; GARCÍA GUERRERO, Luciana (org.), *Movimientos indígenas y autonomías en América Latina: escenarios de disputas y horizontes de posibilidad*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo: Clacso, 2018a.

PANNAIN, Rafaela Nunes. La construcción de la autonomía Guaraní Charagua Iyambae: los guaraní frente al estado. *Revista Boliviana de Investigación*, v. 13, n. 2, La Paz, p. 91-110. dez, 2018b.

RIVERA, Silvia. Luchas campesinas contemporáneas en Bolivia: el movimiento “katarista”, 1970-1980. In: ZAVALETA MERCADO, René (org.). *Bolivia Hoy*. México: Siglo XXI, 1983. p. 129-168.

SCHAVELZON, Salvador. *A assembleia constituinte da Bolívia: etnografia do nascimento de um Estado Plurinacional*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia, Museu Nacional) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

STEFANONI, Pablo. *El nacionalismo indígena como identidad política: la emergencia del MAS-IPSP (1995-2003)*. Buenos Aires: CLACSO, 2003. Informe final del concurso: movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe.

STRÖBELE-GREGOR, Juliana. From Indio to Mestizo... to Indio: new indianist movements in Bolivia. *Latin America Perspectives*, Los Angeles, v. 21, n. 2, p. 106-123, 1994.

STRÖBELE-GREGOR, Juliana. Culture and political practice of the Aymara and Quechua in Bolivia. *Latin America Perspectives*, Los Angeles, v. 23, n. 2, p. 72-90, 1996.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 244, mar./abr., p. 30-46, 2013.

TAPIA, Luis. La cuarta derrota del neoliberalismo en Bolivia. *Observatorio Social de América Latina (OSAL)*, n. 17, año 6, p. 153-158, mayo/ago., 2005.

TAPIA, Luis. El estado en condiciones de abigarramiento. In: GARCÍA LINERA, Álvaro *et al.* (org.). *Estado como campo de lucha*. La Paz: CLACSO: Comuna: Muella del Diablo, 2010. p. 97-122.

TAPIA, Luis; LÓPEZ FLORES, Pavel Camilo. ¿Descolonización o neo-colonización del territorio en Bolivia? la defensa de la territorialidad indígena en tierras bajas frente a la recreación neo-extractivista del colonialismo interno. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, HOCSMAN, Luis Daniel (org.). *Despojos y resistencias en América Latina/Abya Yala*. Buenos Aires: Estudios sociológicos editora, 2016. p. 77-106.

URQUIDI, Vivian. *Movimento cocaleiro na Bolívia*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

VAN COTT, Donna Lee. From exclusion to inclusion: Bolivia's 2002 elections. *Journal of Latin American Studies*, UK, v. 35, n. 4, p.751-775, 2003.

WEBBER, Jeffrey. Carlos Mesa, Evo Morales, and a Divided Bolivia (2003- 2005). *Latin American Perspectives*, Riverside, CA, v. 37, n. 3, p. 51-70, 2010.